



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E INGRESSO**

REGISTRO DE CANDIDATURA PARA CONSELHEIRO TUTELAR

DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

PROVA DE CONHECIMENTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1** - A prova contém 40 (quarenta) questões. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição.
- 2** - Para chamar o Fiscal levante o braço.
- 3** - Coloque, à caneta, o seu nome e sua assinatura na folha de respostas.
- 4** - A folha de respostas deverá ser preenchida com caneta esferográfica azul ou preta. As elipses deverão ser preenchidas conforme modelo explicativo no alto da folha de respostas.
- 5** - Cada questão oferece SOMENTE UMA opção correta à formulação.
- 6** - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer assinalação diferente. Não amasse e não dobre a folha de respostas.
- 7** - Na prova você poderá escrever, riscar, etc. No final, entregue somente a folha de respostas ao Fiscal.
- 8** - Serão permitidas consultas apenas ao material fornecido pela Coordenação da Prova.
- 9** - O candidato NÃO poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões. As reclamações deverão ser encaminhadas posteriormente à realização da prova, através de processo administrativo, via Protocolo Central.
- 10** - Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 11** - A prova terá duração de 4 (quatro) horas. Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
- 12** - O fiscal indicará quando faltar 15 (quinze) minutos para o término do tempo de prova.
- 13** - A divulgação do gabarito ocorrerá na terça-feira, dia 31/07/2007 a partir das 13h e 30min.

PROVA DE CONHECIMENTOS

1. Os conselheiros tutelares de uma cidade do interior do Estado receberam solicitação do Juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude local de que deveriam passar a fiscalizar a atuação de entidade que mantém programa de execução das medidas sócio-educativas em meio-aberto, visto ser atribuição daquele órgão. Diante de tal situação, é correto afirmar

- a) que está correta a atribuição solicitada pelo juiz e que se eles não têm condições operacionais para a tarefa, devem solicitar apoio à Prefeitura.
- b) que está correta a atribuição delegada, mas que não devem assumir a tarefa alegando falta de estrutura.
- c) que não é de sua competência tal tarefa e sim do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) que não é de sua competência tal tarefa e sim cabe às Prefeituras a execução das medidas sócio-educativas em meio-aberto e ao Ministério Público a fiscalização sobre os programas de atendimento.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como função a deliberação sobre as políticas de atendimento a crianças e adolescentes. Pode-se dizer que tal atribuição

- a) tem como aspecto principal o atendimento direto aos adolescentes que estiverem em conflito com a Lei.
- b) inclui a deliberação sobre programa de medida sócio-educativa em meio-aberto.
- c) deve ser executada em parceria entre o município e uma entidade não-governamental.
- d) inclui o atendimento direto de crianças vítimas de violência doméstica.
- e) não tem qualquer relação com o trabalho a ser realizado pelo Conselho Tutelar.

3. Uma mãe teve determinado pelo juiz da infância e juventude o afastamento de seus filhos de 2, 5 e 9 anos, em razão da situação de pobreza absoluta da família. A mãe, que possui forte vínculo afetivo com seus filhos, procurou o Conselho Tutelar solicitando que algo fosse feito, pois não queria ficar longe de seus filhos. Os conselheiros que atenderam a mãe, muito preocupados com a situação, tiveram que informar a ela que

- a) nada poderia ser feito, pois se tratava de medida aplicada pelo Juiz e não passível de revisão, como ocorre quando aplicada pelo Conselho Tutelar.
- b) a medida foi corretamente aplicada, tendo em vista o fato de que a situação de pobreza da família impedia que as crianças contassem com condições mínimas de dignidade.
- c) a fundamentação judicial adotada é incoerente com a doutrina da proteção integral, mas não há nada a ser feito, pois se trata de decisão judicial não passível de recurso.
- d) a alegação da situação de pobreza não é justificativa suficiente para a destituição do poder familiar. A mãe tem direito de recorrer da decisão do juiz.
- e) foi correta a decisão judicial, pois não é permitido pelo ECA a separação de grupos de irmãos.

4. Relatado ao Conselho Tutelar que o professor de N., 16 anos, não comunicou ao órgão sobre o elevado nível de repetência de seu aluno de ensino médio, é correto afirmar que:

- I. O professor de N. não tem obrigação legal de comunicar seu elevado nível de repetência.
- II. Deixar de comunicar ao Conselho Tutelar o elevado nível de repetência de N. constitui infração administrativa, que pode ser representada pelo órgão ao juiz.
- III. No caso de reincidência da omissão do professor de N., poderá lhe ser aplicada à pena em dobro.
- IV. O Conselho Tutelar pode aplicar, cumulativamente, medidas de advertência a N. e a seus pais, substituindo-as, a qualquer tempo, se necessário.
- V. É dever dos dirigentes do estabelecimento de ensino esgotar os recursos escolares para evitar a repetência de N.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas IV e V.
- b) Afirmativas I e V.
- c) Afirmativas I e III.
- d) Afirmativas II e III.
- e) Afirmativas III, IV e V.

5. Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

- (1) O Ministério Público, diante de que o adolescente cometeu o ato infracional grave, pode fazê-lo.
- (2) Deve ser aplicada pelo prazo máximo de seis meses.
- (3) Cabe ao Ministério Público a sua concessão, devendo ser homologada pelo juiz.
- (4) Tem o prazo limite de três anos.
- (5) Tem o prazo limite de quarenta e cinco dias.
- (6) É o procedimento que cabe ao juiz da execução no prazo máximo de seis meses.

- () Prestação de serviço à comunidade.
- () Internação provisória.
- () Remissão.
- () Avaliação da medida sócio-educativa.
- () Internação.
- () Representação.

A combinação encontrada, de cima para baixo, foi a seguinte:

- a) 3, 6, 4, 2, 5 e 1.
- b) 2, 5, 3, 6, 4 e 1.
- c) 5, 2, 6, 3, 4 e 1.
- d) 1, 4, 6, 3, 5 e 2.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

6. Chegou a um hospital da região metropolitana de Porto Alegre uma criança de dois anos de idade com graves queimaduras pelo corpo. Os médicos responsáveis pelo atendimento suspeitaram de incidência de maus tratos domésticos, mas não querendo enfrentar os incômodos decorrentes, resolveram não denunciar ao Conselho Tutelar. Diante da situação, pode-se dizer:

- a) A decisão do médico é de sua inteira responsabilidade, não havendo previsão na legislação para sua responsabilização.
- b) Tratando-se de fato ocorrido no âmbito familiar não cabe levantar suspeita sobre a existência de maus tratos.
- c) Caberia aos médicos denunciar a suspeita ao Conselho Tutelar, que nada poderia fazer, pois não há provas de que tenha havido negligência por partes dos pais frente ao acontecido.
- d) Caberia aos médicos comunicar a suspeita ao Conselho Tutelar, que é o órgão responsável por verificar a situação e aplicar as medidas de proteção cabíveis.
- e) Caberia aos médicos comunicar a suspeita ao Conselho Tutelar, que deveria aguardar a alta hospitalar e, logo após, sem buscar qualquer outra alternativa, encaminhar a criança para um abrigo do município, onde estaria a salvo de qualquer risco de maus-tratos.

7. "J", de 14 anos, é usuário de drogas cada vez mais pesadas em sua comunidade. Sua mãe, desesperada com a situação, resolveu solicitar diretamente ao Conselho Tutelar a internação do filho na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). O Conselho Tutelar, tendo conhecido o assunto, tomou corretamente a seguinte decisão:

- a) Autorizou a internação na FASE/RS, como medida protetiva e preventiva em relação ao adolescente.
- b) Requisitou, imediatamente, uma vaga de internação hospitalar para que o adolescente fosse afastado da comunidade e da família o mais rápido possível.
- c) Chamou para uma reunião na sede do Conselho os representantes de vários serviços existentes na comunidade onde João e sua família residem, construindo um plano conjunto de atendimento para o adolescente.
- d) Fez um relato detalhado do caso, demonstrando a gravidade e os riscos corridos pelo adolescente e encaminhou ao Ministério Público, solicitando providências, pois não é atribuição do Conselho Tutelar cuidar deste caso.
- e) Todas as ações propostas nas alternativas anteriores são decisões corretas a serem tomadas pelo Conselho Tutelar.

8. Considerando que uma criança de 11 anos tenha cometido um ato infracional e que foi encaminhada ao Conselho Tutelar, assinale qual o procedimento adequado:

- a) A aplicação das medidas de proteção adequadas ao caso em concreto.
- b) Um dos conselheiros assumir a tarefa de fazer uma advertência verbal à criança, como medida prevista no art. 115 do ECA, para que não venha a cometer novas infrações.
- c) O encaminhamento da criança à delegacia de polícia, que é o órgão do sistema de atendimento responsável pela apuração de atos infracionais e aplicação das medidas cabíveis.
- d) A apuração detalhada da situação em que ocorreu o ato infracional e o encaminhamento de relatório circunstanciado ao Ministério Público, que tem a função de representação nos casos de atos infracionais.
- e) O relato de tal fato diretamente ao juiz da infância e juventude, que é a única autoridade do sistema de atendimento a crianças e adolescentes responsável pela aplicação de medidas sócio-educativas.

9. O Conselho Tutelar foi convidado a participar de um debate sobre a proposta de redução da idade de inimputabilidade penal para 16 anos, que tramita no Congresso Nacional. Foram usados os seguintes argumentos:

I. Tal medida pretende responsabilizar os adolescentes que cometem atos infracionais, fato que não ocorre hoje, pois pela atual legislação, independente da conduta, as pessoas de 12 a 18 anos somente são alvo de medidas de proteção.

II. O Conselho Tutelar não deveria estar participando do debate, na medida em que não é responsável por zelar pelos direitos de adolescentes, somente estando em sua atribuição o cuidado dos direitos das crianças.

III. Em sendo, eventualmente, aprovada tal medida, os jovens a partir de 16 anos de idade, que cometerem crimes, serão encaminhados ao sistema prisional.

IV. Ao contrário do que pensam muitas pessoas sem informação, no Estatuto da Criança e do Adolescente está previsto um sistema de responsabilização, voltado para os adolescentes de 12 a 18 anos que cometem atos infracionais.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas I e II.
- b) Afirmativas II e III.
- c) Afirmativas I e IV.
- d) Afirmativas I, II e IV.
- e) Afirmativas III e IV.

10. O Conselho Tutelar foi chamado pela diretora de uma das escolas da comunidade para dar orientações acerca dos encaminhamentos a serem tomados após uma briga, que envolveu cinco meninos de 14 anos e dois de 11 anos, todos autores de agressões. No conflito, um dos adolescentes de 14 anos ficou gravemente ferido, sendo encaminhado para o Hospital de Pronto Socorro. Os demais tiveram lesões leves e passam bem. A orientação deve ser:

- a) Todos os envolvidos devem ser colocados no carro do Conselho Tutelar e levados até sua sede para que você juntamente com seus colegas possam conversar individualmente com cada menor acompanhados de seus responsáveis. Depois, aplicar uma advertência geral em relação ao ocorrido.
- b) Quanto aos adolescentes, deve ser dito à diretora que registre ocorrência na delegacia especializada no atendimento de adolescentes infratores. Quanto aos dois meninos menores de 12 anos, o Conselho Tutelar deve assumir o caso, aplicando as medidas de proteção cabíveis.
- c) Todos os envolvidos deverão ser levados à delegacia especializada em crianças e adolescentes para o registro de uma ocorrência, visto que o Conselho Tutelar nada pode fazer em uma situação com tamanha violência.
- d) O Conselho Tutelar conversará com todos os envolvidos e seus familiares individualmente, instaurando inquérito para apurar as responsabilidades dos envolvidos na briga.
- e) Nenhuma das hipóteses anteriores seria utilizada em sua orientação.

11. Um adolescente atendido pelo seu Conselho Tutelar, foi encaminhado ao PEMSE (Programa de Execução de Medida Sócio-educativa em Meio-aberto de Porto Alegre) para cumprimento de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade. A orientadora de sua regional procurou o Conselho Tutelar para viabilização conjunta de um plano de atendimento para o adolescente, com a previsão da requisição de vaga em escola e da inclusão em curso profissionalizante:

- a) O C. Tutelar diria a ela que a tarefa de requisição de serviços para adolescentes que cometeram atos infracionais compete exclusivamente ao Juiz da Infância e da Juventude e não ao C. Tutelar.
- b) O Conselho Tutelar diria a ela que, por decisão do seu colegiado, em sua região devem ter prioridade para vagas em cursos profissionalizantes outro adolescente que não tenham cometido ato infracional e nada pode ser feito.
- c) O Conselho Tutelar requisitaria a vaga na escola e buscaria junto com a profissional que o procurou a vaga no curso profissionalizante, pois tal adolescente tem tanto direito como outro de sua região a receber as medidas de proteção adequadas a sua situação específica.
- d) O Conselho Tutelar levaria o caso para a reunião da rede e caso todos aceitassem o encaminhamento, então ajudaria a viabilizá-lo, caso contrário, informaria sobre a impossibilidade de sua atuação no caso.
- e) Diante das dificuldades, que certamente surgiriam frente aos encaminhamentos traçados, o C. Tutelar faria um relatório ao juiz da execução das medidas sócio-educativas explicando sobre a impossibilidade do envolvimento do órgão na situação em questão.

12. J, de 15 anos, é agressivo na escola ao dirigir-se às pessoas em geral, implica com os colegas e chega a provocar brigas. Embora não tenha havido nenhum fato específico, em razão do comportamento recorrente do jovem, a diretora da escola chamou uma reunião com os pais e pediu a presença do Conselheiro Tutelar. Diante da situação pode-se afirmar que:

I. Trata-se de reiterados atos infracionais cometidos por J, sendo assim, os pais devem ser informados que o assunto deve ser levado ao juiz da infância e da juventude para aplicação de medida sócio-educativa.

II. Trata-se de negligência por parte dos pais, que não cuidam do adolescente em todas as horas de seu dia, deixando-o solto na escola, por isto cabe um procedimento visando à suspensão do poder familiar sobre o jovem.

III. Trata-se de um comportamento comum na adolescência, em que J está demonstrando necessitar de limites mais claros, os quais são de responsabilidade da família e da escola.

IV. Mesmo sem diagnóstico específico, pode-se dizer que se trata de um adolescente com evidente doença mental, o que requer um tratamento terapêutico intensivo de internação hospitalar.

Quais alternativas **NÃO** estão corretas?

- a) Alternativas I, II e III.
- b) Alternativas II, III e IV.
- c) Alternativas I, II e IV.
- d) Alternativas I, III e IV.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

13. É INCORRETO afirmar:

- a) A medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade deve ser aplicada pelo prazo máximo de seis meses e destina-se a adolescente que tenha cometido atos infracionais de pouca gravidade.
- b) Ao Conselho Tutelar cabe a aplicação das medidas sócio-educativas em meio-aberto no caso de crianças que tenham cometido atos infracionais.
- c) A sentença que considera procedente a representação do Ministério Público pelo cometimento de ato infracional grave deve estar fundamentada na comprovação da materialidade e da autoria do ato cometido.
- d) A medida sócio-educativa de internação aplica-se em casos excepcionais, quando os atos infracionais cometidos pelo adolescentes forem graves e quando nenhuma outra medida sócio-educativa for mais adequada à situação.
- e) A internação provisória tem o prazo máximo de 45 dias.

14. Assinale a alternativa correta:

- a) O ECA prevê somente duas formas de colocação em família substituta: a guarda e a adoção.
- b) Nos procedimentos de adoção por estrangeiro é possível a concessão da guarda, em caráter liminar ou incidental.
- c) Nos processos de adoção por estrangeiro, o ECA não estabelece prazos para o estágio de convivência.
- d) Quando o adotando tiver mais de 12 anos será necessário o seu consentimento, quando se tratar de pedido de adoção.
- e) Em nenhuma hipótese será permitida a alteração do prenome do adotando, tratando-se de adoção por estrangeiro.

15. Assinale a alternativa correta:

- a) Nos procedimentos de suspensão/destituição do poder familiar, a lei não exige a intervenção do Poder Judiciário.
- b) Para a concessão da guarda, a lei exige a prévia suspensão do poder familiar.
- c) Segundo o ECA, não é necessária a prévia suspensão ou destituição do poder familiar para a concessão da tutela.
- d) A adoção de criança e adolescente é revogável.
- e) No Brasil, após a vigência da Constituição Federal de 1988, vigora a doutrina da proteção integral.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) É assegurado o acesso de toda criança e adolescente à Defensoria Pública e ao Ministério Público, dependendo de autorização dos pais para ter garantido o acesso ao Poder Judiciário.
- b) A divulgação dos atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à criança e ao adolescente é, em qualquer hipótese, permitida através dos meios de comunicação.
- c) A Justiça da Infância e Juventude é competente para conhecer dos pedidos de guarda e tutela e jamais para conhecer os pedidos de adoção de criança ou adolescente.
- d) O Ministério Público não tem atribuição de propor ação de suspensão e destituição do poder familiar.
- e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

17. A Convenção 138 da OIT prevê que a Idade Mínima para Admissão a Emprego deve ser de 15 anos, admitida a idade de 14 anos para países em desenvolvimento. Estes limites, no entanto, não podem ser inferiores à idade

- a) de imputabilidade penal.
- b) mínima para casamento.
- c) de início da adolescência.
- d) de conclusão da escolaridade obrigatória.
- e) de alistamento militar.

18. Qual das alternativas abaixo não está incluída na expressão "as piores formas de trabalho infantil", de acordo com a Convenção 182 da OIT?

- a) Todas as formas de escravidão ou prática análogas à escravidão.
- b) O recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição.
- c) A utilização de crianças para a realização de atividades ilícitas.
- d) O trabalho que impeça as meninas de concluir o ensino médio.
- e) O trabalho que possa prejudicar a saúde das crianças.

19. Um diretor de escola de ensino fundamental aplicará uma sanção a um aluno de 11 anos, que agrediu verbalmente um professor. Qual das situações abaixo **NÃO** poderia ser aplicada, por estar contra o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- a) Determinar que o aluno fique de castigo no pátio, de pé, durante o turno da tarde.
- b) Suspensão das atividades do aluno durante o recreio.
- c) Comparecimento à direção da escola para prestar esclarecimentos, sem a presença de advogado.
- d) Comunicação do fato ao Conselho Tutelar.
- e) Comunicação do fato aos pais ou responsáveis pelo aluno.

20. "J" tem 12 anos, teve vivência de rua desde os 8 anos, foi abrigado aos 10, a genitora fazia visitas e acompanhava o adolescente durante os finais de semana. Ficou abrigado por um período de 15 meses, quando retornou à casa da mãe, onde permaneceu por dois dias, evadindo-se para rua onde tem usado drogas e cometido furtos. O Conselho Tutelar foi chamado pela mãe para atuar no caso. O Conselho Tutelar pode

- I - requisitar tratamento contra o uso de drogas.
- II -determinar a colocação em família acolhedora.
- III – determinar à "J" o cumprimento de medida sócio-educativa em razão dos furtos praticados.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) A alternativa I .
- b) A alternativa II.
- c) As alternativas I e II.
- d) As alternativas I e III.
- e) As alternativas I, II, III estão incorretas.

21. "G", 16 anos, tem conflitos permanentes com a genitora, o padrasto e o irmão menor chegando a maltratá-lo. Rompeu com a família, foi para casa de amigos, iniciou uso de drogas. A avó foi buscá-lo, chamando-o a residir com ela. "G" mantém-se agressivo, não aceita limites, chega tarde em casa e não está freqüentando a escola. A avó procura o Conselho tutelar que

- I. pode requisitar serviço de avaliação psicológica.
- II. chamará a família para aconselhar procedimentos quanto a serviços especializados da rede que poderiam atender ao adolescente.
- III. poderá efetuar visita domiciliar à casa da avó para conhecer *in loco* as condições de moradia e assim melhor atuar no caso.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Afirmativa I.
- b) Afirmativa II.
- c) Afirmativa III.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

22. "Y" tem 12 anos, costuma constranger o avô a lhe fornecer dinheiro que usa para comprar guloseimas."Y" tem estado cada dia mais agressivo com o avô, chegando a ameaçar e bater no mesmo para apropriar-se de sua pensão. A mãe e o avô foram à delegacia especializada, o adolescente foi ouvido e apresentado na Justiça Instantânea, concluído o procedimento, recebeu medida sócio-educativa de Liberdade Assistida acumulada com tratamento psicológico e acompanhamento escolar com freqüência e aproveitamento.

Que medidas o Conselho Tutelar pode aplicar neste caso?

I. O Conselho Tutelar nada pode fazer, fez várias tentativas anteriores quanto à freqüência escolar e já representou ao Ministério Público.

II. Cabe somente à Orientadora das medidas sócio-educativas acompanhar a LA e encaminhar a situação escolar. O Conselho Tutelar nada pode fazer.

III. Determinar à família acompanhamento psicológico compulsório.

IV. Pode propor atuação conjunta com a Orientadora da medida sócio-educativa, visando à realização de Plano de Atendimento.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Afirmativa I.
- b) Afirmativa II.
- c) Afirmativa III.
- d) Afirmativas I e II.
- e) Afirmativa IV.

23. "B" tem 13 anos, reside com a avó. A mãe de "B" é usuária de crack e passa vários dias sem dar notícias."B" tem dificuldades de aprendizado, não conseguiu concluir a 1ª série do Ensino Fundamental, apresenta surtos psicóticos. A avó é beneficiária de programa da assistência social e leva ao grupo do qual participa e que se reúne quinzenalmente "pedido de ajuda" para lidar com "B". O pedido de ajuda chega ao Conselho Tutelar através da reunião da rede da região. A melhor atuação do Conselho Tutelar, neste caso, dentro de suas atribuições é:

- a) Encaminhar imediatamente a abrigagem de "B".
- b) Requisitar avaliação psiquiátrica, porque claramente "B" necessita de tratamento especializado.
- c) Notificar a mãe e a avó para, num prazo de 30 dias, resolver a situação referente à "B".
- d) Levar o caso à reunião da rede de proteção para discussão em razão da complexidade, elaborar uma proposta de atendimento articulada entre os serviços de saúde e assistência monitorando os encaminhamentos.
- e) As alternativas "B" e "D" podem ser utilizadas.

24. Na escola, em reunião de pais, a diretora afirma que não serão tolerados contatos físicos (beijos, abraços) entre os alunos nos horários de entrada, saída e intervalos nas dependências do Colégio. Alguns pais presentes na reunião afirmam não ter controle sobre este problema e sugerem uma reunião com o Conselho Tutelar, alunos e pais para debater o assunto.

O Conselho Tutelar pode:

- a) Negar-se a estar presente na reunião proposta pelos pais porque o tema trata-se de conflitos entre interesses dentro da escola.
- b) Abster-se de qualquer ação porque questões que ocorrem dentro da escola nunca são da competência do Conselho Tutelar.
- c) Participar da reunião orientando pais, alunos e professores quanto aos direitos, trabalhando preventivamente possíveis conflitos.
- d) Aconselhar a escola a comunicar a ocorrência de cada ato de contato dos alunos à delegacia especializada para apuração de ato infracional.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

25. "M" e "L" têm juntos 04 filhos em comum e estão em atrito constante."M" saiu de casa e quer a guarda dos filhos."L" não tem renda, procura o Conselho Tutelar e conta sua história, alegando que "M" não tem equilíbrio emocional para permanecer com os filhos.

O Conselho Tutelar não pode:

- a) Decidir a partir da versão de um dos lados com interesse na guarda.
- b) Atender e aconselhar os pais a superar os conflitos da relação visando o benefício dos filhos.
- c) Orientar os pais a procurarem um advogado para ajuizamento de ação.
- d) Atender as crianças, buscando avaliar necessidades e possíveis violações de direitos.
- e) Encaminhar as crianças para tratamento psicológico em serviço especializado.

26. O Conselho Tutelar da microrregião "Y" acompanhava há 12 meses a família de "Z", 15 anos. Há registros de vários encaminhamentos a serviços e programas da rede de proteção. A família de "Z" mudou de endereço, em razão dos problemas de relacionamento e comprometimento de "Z" com o tráfico de drogas da região.

Diante desta situação, o Conselho Tutelar da Microrregião "Y" deverá:

- a) Reter as informações não repassando ao outro Conselho Tutelar, porque estas são confidenciais.
- b) Continuar o acompanhamento e a orientação já que "Z" foi residir em outra região que tem características e serviços diferentes da região "Y".
- c) Responsabilizar-se por "Z", já que fez o acompanhamento por longo período garantindo sua permanência na escola e no SASE.
- d) Informar ao Conselho Tutelar da outra microrregião os procedimentos que se efetivaram no período de acompanhamento, repassando dados que possam contribuir nos encaminhamentos futuros, para que não sejam repetidas alternativas que tiveram insucesso com a família e o próprio "Z".
- e) Todas as alternativas estão corretas.

27. Leia com atenção as afirmativas abaixo:

I. A criança e o adolescente têm o direito à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas, que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio, ficando a critério exclusivo dos pais o resguardo de suas condições física e mental.

II. A criança e o adolescente têm o direito à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

III. A criança e o adolescente têm direito à vida, mediante políticas públicas que permitam o desenvolvimento sadio em condições dignas de existência, no entanto, é possível a negação de tal direito frente a convicções políticas e religiosas.

IV. É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

V. O ECA não assegura a parturiente o atendimento preferencial pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Afirmativas II e IV.
- b) Afirmativa I.
- c) Afirmativas I, II e V.
- d) Afirmativas I e V.
- e) Afirmativas I e III.

28. Leia com atenção as afirmativas abaixo:

I. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para proteção e recuperação da saúde, excetuando os casos de gravidez na adolescência por sua complexidade.

II. É assegurado o atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

III O poder público, as instituições e os empregadores não necessitam oferecer condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medidas privativas de liberdade.

IV. Não há obrigatoriedade da manutenção das vacinas das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, esta deliberação é prerrogativa de cada região do Brasil.

Quais está(ão) correta(s)?

- a) Afirmativa I.
- b) Afirmativas I e II.
- c) A afirmativa II.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

29. Leia com atenção as afirmativas abaixo:

I. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra as crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar pelo professor ou dirigente de estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche, sem prejuízo de outras providências legais.

II. A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

III. Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitam os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

IV. Os hospitais poderão manter alojamento conjunto, na medida do possível, permitindo ao neonato a permanência junto à mãe.

V. A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

Qual está **INCORRETA**?

- a) Afirmativa I.
- b) Afirmativa II.
- c) Afirmativa III.
- d) Afirmativa IV.
- e) Afirmativa V.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Incumbe, o poder público propiciar apoio alimentar à gestante e a nutriz que dele necessitem.

b) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

c) É proibido identificar o recém-nascido mediante o registro da impressão plantar e digital da mão, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

d) É dever do poder público oferecer cuidados de saúde a todas as crianças e adolescentes.

e) Cabe ao hospital fornecer declaração de nascimento onde conste necessariamente as intercorrências do parto.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Comunicado ao Conselho Tutelar que N., recém-nascida, não estavam sendo asseguradas primazia de proteção e condição de aleitamento, por sua mãe cumprir pena privativa da liberdade, o órgão pode verificar que

a) é dever do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade e primazia, que N. receba proteção em todas situações.

b) nestes casos, por questões de segurança, não é garantido o direito da mãe amamentar.

c) incumbe ao Poder Público propiciar apoio alimentar a mãe de N., caso necessite.

d) é dever da instituição que priva a liberdade da mãe de N. propiciar condições adequadas ao aleitamento.

e) o Conselho Tutelar pode aplicar à N. medidas de proteção previstas no ECA.

32. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Solicitada ao Conselho Tutelar a abordagem de adolescentes que estão nas ruas, o órgão pode verificar que

a) é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos dos adolescentes.

b) salvo limites legais, aos adolescentes deve ser garantido o direito à liberdade de ir, vir e estar nos espaços públicos.

c) o Conselho Tutelar deve assessorar o Poder Executivo na elaboração a proposta orçamentária para programas de atendimento dos direitos dos adolescentes.

d) a efetivação dos direitos dos adolescentes compreende a destinação privilegiada de recursos públicos na área de proteção à juventude.

e) o Conselho Tutelar deve advertir os adolescentes, determinando seus encaminhamentos aos pais, por termo.

33. Solicitado ao Conselho Tutelar por vizinho que retire N., 4 anos, do poder familiar da mãe, que é uma pessoa muito pobre, é correto afirmar que

I. à mãe incumbe o dever de sustento, mas a pobreza da mãe de N. não é razão bastante para perder o poder familiar.

II. sendo a pobreza único motivo para retirar o poder familiar da mãe de N., são obrigatórias a inclusão da mãe de N. em programas de auxílio e a manutenção de N. com ela.

III. o Conselho Tutelar deve aplicar à N. a medida dos art. 101, VII, e à sua mãe, a medida do art. 129, I, ambos do ECA.

IV. o Conselho Tutelar deve representar ao Ministério Público, para ajuizar a suspensão do poder familiar da mãe de N.

V. subtrair N. da guarda da mãe, sem fundamentação legal, para colocá-la em lar substituto, não é crime.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas I e II.
- b) Afirmativas II e III.
- c) Afirmativas I e IV.
- d) Afirmativas II e V.
- e) Afirmativas IV e V.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Comunicado ao Conselho Tutelar pela mãe de N., 16 anos, que havia encontrado em seus objetos pessoais revistas pornográficas, fogos de artifícios e bebidas alcoólicas, o órgão pode verificar que

a) não é vedada a venda à N. de fogos de artifício incapazes de causar dano físico, mesmo utilizado de forma indevida.

b) não é vedada a venda à N. de revistas pornográficas se comercializadas em embalagem opaca e lacrada, e com advertência de seu conteúdo.

c) não é vedado o fornecimento gratuito à N. de produtos cujos componentes não causam dependência física ou psíquica.

d) N. tem o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, e abrange a preservação da autonomia, dos valores, dos espaços e objetos pessoais.

e) as revistas destinadas à N. não podem conter anúncios de bebida alcoólica e de cigarro e devem respeitar os valores sociais e éticos da família.

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**. O Conselho Tutelar em uma inspeção a bares, casas de jogos e boates, constatando presença de criança e adolescente, pode verificar que

a) deixar de afixar, em local visível e de fácil acesso, à entrada do local da diversão, informação destacada sobre sua natureza e a faixa etária a ele permitida constitui crime, que o Conselho Tutelar pode noticiar ao Ministério Público.

b) é dever de todos prevenir a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, importando a inobservância das normas de prevenção em responsabilidade da pessoa física.

c) inobservar o empresário a lei que dispõe sobre o acesso de criança e adolescente aos locais de diversão constitui infração administrativa, que o Conselho Tutelar pode noticiar ao Ministério Público ou representar ao juiz para apuração.

d) a criança e o adolescente têm direito à diversão e produtos que os respeitem como pessoas em desenvolvimento.

e) permitir a entrada e a permanência de adolescente em casa de jogo, onde eventualmente se realiza apostas, é infração administrativa, que o Conselho Tutelar pode representar ao juiz para apuração e imposição de penalidade ou noticiar o fato ao Ministério Público.

36. Foi comunicado ao Conselho Tutelar que N., 15 anos, baiano, residente em Salvador, estava hospedado em pensão gaúcha desacompanhado dos pais e sem autorização deles. O órgão pode verificar que

I. N. precisa de autorização dos pais ou judicial para viajar para fora do Estado em que seus pais são domiciliados.

II. N., desacompanhado, precisa de autorização dos pais ou judicial só para se hospedar em hotel.

III. hospedar N., desacompanhado e sem autorização dos pais ou do juiz, em pensão, pode levar ao fechamento provisório do estabelecimento em caso de reincidência.

IV. o Conselho Tutelar não é competente para tomar conhecimento do caso de N.

V. se autorizado pelos pais, N. pode ser trazido de outra comarca para prestar serviço doméstico na pensão.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas III, IV e V.
- b) Afirmativas I e II.
- c) Afirmativas II e III.
- d) Afirmativas I e III.
- e) Afirmativas IV e V.

37. Foi comunicado ao Conselho Tutelar que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o FUNCRIANÇA deixarão de existir, revogando a lei municipal que os criou. O órgão pode verificar que

I. o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o FUNCRIANÇA ao contrário do Conselho Tutelar, não são órgãos permanentes e podem deixar de existir.

II. nos Municípios em que não existe Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o juiz da comarca exerce algumas de suas atribuições, como a de realizar o processo para a escolha de membros do Conselho Tutelar .

III. o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ser diretriz da política de atendimento, não pode deixar de existir.

IV. o FUNCRIANÇA, por ser a única fonte de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, não pode deixar de existir.

V. o Conselho Tutelar pode encaminhar notícia do fato ao Ministério Público, para proteção dos interesses próprios da infância e da adolescência.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas II e IV.
- b) Afirmativas I e II.
- c) Afirmativas II e III.
- d) Afirmativas I e V.
- e) Afirmativas III e V.

38. Comunicado ao Conselho Tutelar acerca de irregularidades em entidade governamental de atendimento de crianças, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Não é atribuição do Conselho Tutelar a fiscalização de irregularidades em entidade governamental de atendimento.
- b) O Conselho Tutelar pode dar início a procedimento judicial de apuração de irregularidades em entidades governamentais e não-governamentais de atendimento.
- c) O Conselho Tutelar pode notificar o dirigente da entidade governamental de atendimento das irregularidades que constatou na fiscalização.
- d) Por motivo grave, o dirigente da entidade governamental de atendimento pode ser afastado provisória e liminarmente.
- e) O Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Juiz da Infância e da Juventude são autoridades que devem fiscalizar entidades governamentais e não-governamentais de atendimento.

39. Foi atendida pelo Conselho Tutelar M, mãe de N, 6 anos, que não possui registro de nascimento, pois a mãe recusou-se a registrá-la e de V, 12 anos, recentemente falecido, cujo óbito foi registrado, porém M não possui a certidão. Neste caso, assinale a alternativa correta.

a) Inexistente registro civil anterior de N., o Conselho Tutelar pode requisitá-lo à vista dos elementos disponíveis.

b) O Conselho Tutelar não pode requisitar a certidão de óbito de V., por ser adolescente e não lhe ser necessário.

c) Não é possível fazer o registro de N., porque o pai é falecido.

d) O Conselho Tutelar deve encaminhar o caso de N. ao juiz, por ser de sua competência.

e) O conselho Tutelar deverá informar à mãe que nada pode fazer, pois a competência de registros é do cartório de registros civis.

40. Foi comunicado ao Conselho Tutelar que o médico que atendeu N., 9 anos, suspeitando ser ela vítima de maus-tratos, não comunicou o fato à autoridade competente. O órgão pode verificar que

I. o médico só é obrigado a comunicar o caso, no prazo máximo de 2 dias úteis, se confirmar os maus-tratos em N.

II. o Conselho Tutelar pode dar início a procedimento de apuração da omissão do médico que atendeu N., cujo valor de multa a ele aplicada reverterá ao FUNCRIANÇA.

III. o Conselho Tutelar não pode dar início ao procedimento judicial contra o médico.

IV. a autoridade competente a ser comunicada pelo médico, sob pena de infração, nos termos do art. 146, ECA, é o juiz.

V. o Conselho Tutelar pode encaminhar a notícia da omissão ao Ministério Público, por constituir infração administrativa.

Quais estão corretas?

- a) Afirmativas II e V.
- b) Afirmativas I III e III.
- c) Afirmativas III e V.
- d) Afirmativas III e IV.
- e) Afirmativas I e II.